

A FIGURAÇÃO DO PAI COLONIZADOR NO POSSÍVEL DIÁLOGO ENTRE (E COM) OS INTÉRPRETES DO BRASIL

MARIA STELLA MARTINS BRESCIANI¹

Carlo Ginzburg empresta a John Donne (1572-1631) o mote *Nenhum homem é uma ilha* e o amplia para *Nenhuma ilha é uma ilha* como título da coletânea de ensaios que reúne suas quatro visões da literatura inglesa.² Eu, por minha vez, empresto deles os motes na sua dimensão metafórica no intuito de colocar no centro do debate questões que considero importantes para o trabalho historiográfico. Quando relativa ao homem, a metáfora traz a crítica explícita ao procedimento bastante usual de inserir um autor em um contexto sócio-econômico-político-cultural como enquadramento determinante das características de sua produção – tema e perspectiva teórica, procedimento ao qual se adiciona, com frequência, seu pertencimento a uma dada tradição literária, vertente política ou adesão teórica, em suma, a uma linhagem. Quando o mote metafórico se amplia para a ilha, traz a crítica ao procedimento que define um país como enquadramento e limita a análise do tema escolhido a uma perspectiva de recorte nacional. Em seus ensaios Ginzburg expõe a complexa teia de relações implicadas na produção de um texto entre o autor e outras pessoas envolvidas, vivas e mortas e se desdobra em comprometimentos explícitos ou implícitos; torna-se evidentemente mais complexa quando a escolha recai em um tema geograficamente localizado em um país.

Ao propor apresentar um estudo que privilegia o diálogo (explícito e implícito) entre intérpretes do Brasil cuja importante produção na primeira metade do século XX

¹ História – IFCH-UNICAMP. Pesquisadora CNPq. Esta comunicação é extensão da pesquisa apoiada pelo CNPq e da qual resultou o livro *O charme da ciência e a sedução da objetividade. Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil*, São Paulo: Ed.Unesp, 2005, 2ª ed. 2007. É também desdobramento de trabalho com o título *Um possível diálogo entre (e com) os intérpretes do Brasil*, publicado na coletânea *Mitos, projetos e práticas políticas*. Memória e Historiografia (orgs. Rachel Soieht, Maria Regina Celestino de Almeida, Cecília Azevedo, Rebeca Gontijo), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. Dei continuidade ao tema em *Projetos políticos nas interpretações do Brasil na primeira metade do séc. XX* in *Revista de História* Edição Especial 2010 – Antigos, Modernos, Selvagens: diálogos franco-brasileiros de História e Antropologia (orgs. Francisco Murari Pires e Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron), Departamento de História-FFLCH-USP/CAPES.

² GINBURG, Carlo. *Nenhuma ilha é uma ilha*. Quatro visões da literatura inglesa, São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

enfeixou uma representação persistente do país e do homem brasileiro minha intenção é sugerir que, mesmo com posições teórica e política diversas e até divergentes, Oliveira Vianna, Paulo Prado, Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda mantiveram intenso diálogo e confronto de ideias em suas interpretações da história do Brasil. Pode-se ler em seus trabalhos referências mútuas diretas ou veladas sugestivas na forma como se elaboram argumentos que expressam pontos de acordo ou de diferenças até irreconciliáveis. Os textos analisados: Francisco de Oliveira Vianna – volume I de *Populações Meridionais do Brasil* (1920)³, *O Idealismo da Constituição* (1924)⁴ e *Pequenos Estudos de Psicologia social* (1921)⁵, Paulo Prado – *Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira* (1928)⁶, Gilberto Freyre – *Manifesto Regionalista de 1926*,⁷ *Casa Grande & Senzala* (1933)⁸ e *Sobrados e Mucambos* (1936)⁹, Caio Prado Junior – *Evolução Política do Brasil* (1934)¹⁰, Sérgio Buarque de Holanda – *Raízes do Brasil* (1936)¹¹ e alguns elementos de *Visão do Paraíso* (1959)¹²

³ A 1ª edição 1920, 2ª 1922, 3ª 1933, 4ª 1938, 5ª 1952. Utilizei a edição da Paz e Terra, 1974.

⁴ O artigo de Oliveira Vianna foi publicado na coletânea *À Margem da História da República*, tomo I (org. Vicente Licínio Cardoso) em edição do Anuário do Brasil em 15 de novembro de 1924. Utilizei a reedição publicada pela Editora Universidade de Brasília na série Biblioteca do Pensamento Político Republicano, volume 8, 1981.

⁵ A 1ª edição é de 1921, 2ª 1923, 3ª 1942. Usei a 3ª edição aumentada da Companhia Editora Nacional.

⁶ A 1ª edição foi publicada pela Duprat-Mayença de São Paulo, responsável também pelas duas edições seguintes de 1929. O sucesso do livro expresso nessas três edições confirmou-se na 4ª edição em 1931 pela F. Briguet & Cia. Livreros Editores do Rio de Janeiro. As informações constam da Introdução de Carlos Augusto Calil à 9ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 19.

⁷ Embora a publicação do manifesto seja de 1955 pelo Ministério da Educação e Cultura e aqui “aceitamos” a data por ele atribuída ao texto por remeter ao Primeiro Congresso de Regionalismo de fevereiro de 1926 e explicitamente ao “Modernismo do Rio e do de São Paulo”.

⁸ A 1ª edição é 1933, e o livro estava já na sua 20ª edição em 1980. O enorme sucesso do pode ser indicado por ter sido também traduzido em vários idiomas. Utilizei a edição do Círculo do Livro, s.d., da qual constam as informações acima.

⁹ A 1ª edição é de 1936 pela Companhia Editora Nacional, 2ª, 3ª e 4ª edições pela José Olympio em 1951, 1961 e 1968, 5ª edição José Olympio/INL-MEC, 1977. Teve edição nos Estados Unidos em 1963. A edição utilizada foi a 9ª da Record de 1996.

¹⁰ A 1ª edição é de 1934, a 2ª é de 1947, foi utilizada a 4ª edição de 1963 editada pela Editora Brasiliense.

¹¹ A 1ª edição é de 1936, 2ª edição revista e ampliada de 1948 e 3ª edição de 1956 pela José Olympio, 4ª edição de 1963 pela Ed.Universidade de Brasília, 5ª edição José Olympio em 1969. Em 2006 a Companhia das Letras lançou edição comemorativa dos 70 anos do livro na qual reuniu vários ensaios de diversos autores e os interessantes Apontamentos para a cronologia de Sérgio Buarque de Holanda escritos por sua esposa Maria Amélia Buarque de Holanda e datado de 1979. Utilizei a 5ª edição.

¹² Remeto ao Prefácio à 2ª edição (1968) que consta também da 3ª edição da Editora Nacional, Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia de São Paulo, 1977.

Adotei como procedimento ler os textos dos autores em seu tempo e lugar teórico a partir da própria posição por eles enunciadas e a partir dessa leitura reconstruir a teia de diálogos que mantém com suas referências teóricas e autores seus contemporâneos. Esse procedimento, ao recusar elaborar o “contexto” como quadro explicativo, permite compor o campo acadêmico, intelectual e político como rede de inter-relacionamentos que esclareçam posições assumidas frente a uma questão comum e em meio a um debate datado. Permite ainda questionar a noção de “clássico” – autor ou obra – se a eles vier colada a condição de “inquestionável”, ou seja, como criadores de conclusões válidas mesmo fora de *seu tempo*. Em suma, trata-se de localizar o lugar de autor e do campo em que insere seus escritos sem deixar de nos indagar sobre nossa própria leitura motivada por uma indagação atual, também ela datada.

Há entre os cinco autores um denominador comum na afirmação da distância e desajuste entre ideias e instituições avançadas, corporificadas na Constituição Republicana e no Estado, e a sociedade “atrasada”, patriarcal, patrimonial, pré-capitalista. No cerne do desajuste encontra-se uma ausência – o cidadão, homens conscientes capazes de formarem opinião própria e atuarem de acordo com as premissas constitucionais. Em decorrência dessa premissa a análise das leis ou dos embates políticos pouco explicaria a efetiva condição do país sendo, portanto, imprescindível voltar os olhos para a própria sociedade seus usos e costumes. Para todos, esse procedimento exigia retroceder aos primórdios da colonização de forma a discerni-se no processo de formação do país momentos e questões esclarecedores dos obstáculos a serem enfrentados. Permitiria, pois, definir propostas políticas adequadas ao nível de entendimento da população, capazes também de estimular por mecanismos diversos a formação desse cidadão brasileiro, ainda ausente. O mergulho na sociedade traz á tona a figura do pai colonizador enquanto elemento-chave explicativo dos traços favoráveis e negativos implicados nessa má formação.

Começo com uma citação de Oliveira Vianna, a meu ver um dos primeiros a afirmar a ineficácia do estudo da política em suas várias instâncias dada sua condição de produto de “estetas de constituições”.

Na sua obsessão de sumariarem o que de mais alto existe nos ideais da civilização ocidental, estes estupendos edificadores de regimes obstinam-se, por ignorância ou pro sistema, em não contar com as condições reais da sociedade que pretendem organizar. Legislam para abstrações. Articulam constituições admiráveis (...) não para que as executem brasileiros (...) mas uma entidade abstrata, esse homem-utopia: o Cidadão – esplêndido boneco metafísico, armado de molas idealmente perfeitas e precisas (...) dentro das categorias lógicas do poder. ...esses sistemas incomparáveis, que aqui chegam, por importação, dentro das paginas maciças dos tratados, sofrem, para logo, transfigurações de forma e de substancia – e se corrompem. (*Pequenos estudos de psychologia social*, 1942, p.145)

Oliveira Vianna recorre a um dos livros de Kipling para aproximar o brasileiro dos macacos em sua ânsia de imitar:

De uns copiamos as formas de governo e os modo de vestir, os princípios da política e os padrões da casimira (...) De outros copiamos outras cousas, as filosofias mais em voga, as modas literárias, as escolas de arte, os requintes e mesmo as suas taras de civilizados. De nós é que não copiamos nada. (idem, p.9)

Afirma enfático desde as Palavras de Prefácio de *Populações Meridionais* que os estudos partem de uma premissa equivocada, a da “uniformidade atual do nosso povo” sem nos darmos conta da vasta superfície do país em “sua diversidade de habitats” cujas “variações regionais” haviam produzido no decorrer de três ou quatro séculos “o caldeamento dos elementos étnicos, e principalmente, a inegável diferença das pressões históricas e sociais sobre a massa nacional, quando exercidas ao norte, ao centro e ao sul”. (p.15) Daí ter iniciado sua tarefa de “ver claro o que se passa dentro de nós e me tornos de nós” pelas populações de parte do sul do país (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais). O segundo volume sobre o extremo sul – O campeador Rio-grandense – só seria publicado em 1952, um ano após sua morte.

Há já em seu trabalho inicial a explícita intenção de demonstrar a ameaça à soberania nacional se persistíssemos nos erros herda

Há um século estamos sendo como os fumadores de ópio, no meio de raças ativas, audazes e progressivas. Há um século vivendo de sonhos e ficções, no meio de povos práticos e objetivos. Há um século estamos cultivando a política do devaneio e da ilusão diante de

homens de ação e de preá, que por toda a parte, em rodas as regiões do globo, vão plantando, pela paz ou pela força, os padrões da sua soberania. (Pop.Mer. p.20)

Agora Paulo Prado em *Retrato do Brasil*, livro no qual o autor expõe seu argumento com o título dos quatro capítulos: a luxúria, a cobiça, a tristeza, o romantismo. Fruto das características dos homens aqui sediados perdera-se “as normas mais comezinhas na direção dos negócios públicos” e numa longa sequência de situações de desordem que inicia com a precariedade da higiene, da polícia, das estradas de ferro, da carência de braços para a lavoura também descuidada perante a valorização artificial dos preços, altos impostos, a justiça comprometida com a politicagem, o exército caríssimo e desorganizado mostrava “estar tudo por fazer”. Paulo Prado coloca como correlatos “o analfabetismo das classes inferiores” e “a bacharelise romântica do que se chama intelectualidade do país”. E prossegue:

Ciência, literatura, arte – palavras cuja significação exata escapa a quase todos. Em tudo domina o gosto do palavreado, das belas frases cantantes, dos discursos derramados (...) Um vício nacional, porém, impera: o vício da imitação. Tudo é imitação, desde a estrutura política em que procuramos encerrar e comprimir as mais profundas tendências da nossa natureza social, até o falseamento das manifestações espontâneas do nosso gênio criador. (p.202-203)

O autor vê no vício da “imitação”, “quer dizer importação”, uma tendência dos povos que haviam atravessado o Atlântico ou “a superstição da Viagem”, e cita Emerson como crítico de seus compatriotas norte-americanos que haviam também sofrido do mal, por buscarem em outras plagas o “alimento espiritual” (p.204) Em interpretação próxima a de Oliveira Vianna considera a República fruto da “questão militar, mal de nascença de que nunca se curou o país, [d]a desorganização dos partidos, [d]as falhas da administração, [d]o romantismo da abolição, [d]a desordem geral dos espíritos” resultando “nesse Quinze de Novembro que foi a *journée des dupes* da nossa história”. (p.207)

Caio Prado Junior expõe em suas ponderações introdutórias argumentos aproximados aos de Oliveira Vianna ao afirmar:

Os nossos historiadores, preocupados unicamente com a superfície dos acontecimentos – expedições sertanistas, entradas e bandeiras; substituições de governos e governantes; invasões ou guerras – esqueceram quase por completo o que se passa no íntimo da nossa história, de que estes acontecimentos não são senão o reflexo exterior.

Significativamente remete a uma nota onde afirmar ser exceção Oliveira Viana, que, afirma “foi o primeiro, e o único até agora (1934), a tentar uma análise sistemática e séria da nossa constituição econômica e social no passado”. Completa a nota com a observação de que há na obra desse autor que ainda se encontra “em seus primeiros passos (...) inexatidão (...) que chega por vezes a grosseiras adulterações dos fatos”. (p.8) A república resultara de “uma simples passeata militar” que arrancara “o último suspiro” do Império agonizante por sua imobilidade e por sua definição “pelo passado”, incapaz de “resolver os problemas nacionais, a começar pela emancipação dos escravos, de cuja solução dependia o progresso do país. Vencera “a bandeira desfraldada em 1866 pela Opinião Liberal” em cuja bandeira “se inscreviam medidas radicais (...) o Senado temporário e eletivo, o sufrágio direto e generalizado, a extinção do poder moderador, a substituição do trabalho servil pelo trabalho livre” (p.93-94) Prado Junior não atribui toda a culpa pela incapacidade de “se adaptar ao processo evolutivo do país”, pois a seu ver “a política de D. Pedro não foi, não poderia ter sido outra coisa que o reflexo de forças que atuavam no seio da sociedade”. Assim, a partir de um ponto de visto diverso do “positivismo” confesso de Oliveira Vianna e do romantismo de Paulo Prado, Caio Prado Junior chega pela teoria marxista a interpretação desse desencontro entre uma estrutura social imobilizada pelos interesses retrógrados das forças conservadoras incapazes de aceitarem as transformações necessárias a compatibilizar a sociedade com as demandas do tempo.

Na mesma trilha dos autores seus contemporâneos, Buarque de Holanda afirmava em *Raízes do Brasil*:

A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semi-feudal importou-a e tratou de acomodar-se como lhe fosse possível às suas leis, que tinham sido justamente a bandeira de combate da burguesia européia contra os aristocratas, e isso só porque essas leis pareciam as mais acertadas para a época e eram exaltadas nos livros e nos discursos”. (Novos tempos, p. 122)

Modelamos a norma de nossa conduta entre os povos pela que seguem ou parecem seguir os países mais cultos, e então nos envaidecemos da ótima companhia. (Nossa revolução, p.144)

A separação da política e da vida social atingiu, em nossa pátria, o máximo da distância. (...) Escapa-nos esta verdade de que não são as leis escritas, fabricadas pelos juriconsultos, as mais legítimas garantias de felicidade para os povos e de estabilidade para as nações. (144-145)

Tal como Paulo Prado, também os títulos dos capítulos de seu livro expõe a elaboração do argumento desenvolvido: Fronteiras da Europa, Trabalho e aventura, O passado agrário, O passado agrário (continuação) [título depois substituído por O ladrilhador e o semeador], O homem cordial, Novos tempos, Nossa revolução.

Assim, as palavras com que Sérgio Buarque de Holanda inicia *Raízes do Brasil* expõem um argumento que norteia todo seu texto:

Todo estudo compreensivo da sociedade brasileira há que destacar o fato verdadeiramente fundamental de constituirmos o único esforço bem sucedido, e em larga escala, de transplantação da cultura européia para uma zona de clima tropical e sub-tropical. (...) Trazendo de países distantes as nossas formas de vida, nossas instituições e nossa visão do mundo e timbrando em manter tudo isso em um ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda uns desterrados em nossa terra. Podemos construir obras excelentes, enriquecer nossa humanidade de aspectos novos e imprevistos, elevar até a perfeição o tipo de cultura que representamos: o certo é que todo fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça participa faltamente de um estilo e de um sistema de evoluções naturais a outro clima e a outra paisagem. (p.3)

Gilberto Freyre, tal como Buarque de Holanda, também inicia *Casa grande & Senzala* com a afirmação de que formara-se na “América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio, mas tarde de negro, na composição. Sociedade que se desenvolveria defendida menos pela consciência de raça, quase nenhuma no português cosmopolita e plástico, do que pelo exclusivismo religioso”. Teria sido “menos o braço oficial do que a espada do particular a razão do sucesso subordinado ao espírito político e de realismo econômico e jurídico

que aqui, como em Portugal, foi o elemento decisivo de formação nacional”. O esteio dessa formação estava “nas grandes famílias proprietárias e autônomas” que positivamente diferenciava “dos criollos ricos e dos bacharéis letrados da América espanhola – por longo tempo inerte á sombra dominadora das catedrais e dos palácios dos vice-reis” (43)

Embora Freyre tenha inaugurado a coleção Documentos Brasileiros da José Olympio que dirigia com *Raízes do Brasil* de Buarque de Holanda, a quem elogia na apresentação da coleção, sua interpretação da colonização mantém daquela desse ensaio distância significativa.